



AS CARTAS CATÓLICAS NO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO

The Catholic Epistles in the Canon of the New Testament

Waldecir Gonzaga *

RESUMO: Nossa intenção, neste artigo, é oferecer um estudo acerca deste conjunto das cartas do Novo Testamento intituladas *Cartas Católicas*, que desde a antiguidade têm enfrentado não poucos ou indiferentes problemas, seja na aceitação seja no estudo de seu *corpus*, como o grupo de cartas do Novo Testamento menos estudado ou explorado, mesmo em nossos seminários, faculdades e universidades religiosas em geral, sejam eles católicos ou protestantes; também cremos não ser exagero afirmar que os trabalhos neste campo são mais comuns em meios católicos que em meios protestantes, visto as dificuldades que alguns *Pais da Reforma* levantaram no que tange à canonicidade de algumas destas cartas e ao fato de que no meio protestante o domínio maior realmente é dos textos paulinos e não dos textos não paulinos do Novo Testamento, como Evangelhos, Cartas Católicas, Hebreus e Apocalipse. Visto a escassez de material nesta área, cremos que um artigo ilustrativo venha nos ajudar a avançar um pouco mais neste campo e produção de material na área, a fim de ajudar a avançar em nossos estudos acadêmicos bíblico-teológicos.

PALAVRAS CHAVES: Epístola. Carta. Católica. *Corpus*. Cânon. Canônico.

ABSTRACT: Our intention in this article is to provide a study into this set of letters of the New Testament titled Catholic Letters, which, since the ancient times, has faced considerable issues in the acceptance and in the study of its *corpus*, and which constitute the group of letters of the New Testament that are the least studied or explored, even in our seminaries, colleges and religious universities in general, either Catholic or Protestant; we also believe that it would not be

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

an exaggeration to say that the researches in this field are more common in the Catholic circles than in the Protestant ones, given the difficulties that the Fathers of the Reformation raised regarding the canonicity of some of these letters and the fact that, in the Protestant circles, the domain really belongs to the Pauline texts and not to the non-Pauline texts of the New Testament, such as Gospels, Catholic Letters, Hebrews and Revelation. Given the scarcity of documentation in this area, we believe that an illustrative article will help us go further in this field and extend the production of material in this area, in order to help advance our biblical and theological studies.

KEYWORDS: Epistle. Letter. Catholic. *Corpus*. Canon. Canonic.

Introdução

O Novo Testamento (NT) conta com 27 livros, dos quais 21 são cartas e epístolas, divididas entre as treze *Cartas Paulinas* (cf. GONZAGA, 2017; PORTER, 2009) e as *Cartas Católicas* (7); estas últimas foram “colocadas sob a autoridade de quatro figuras apostólicas: Tiago, Pedro (duas cartas), João (três cartas) e Judas” (SACCHI, 1995, p. 235; TRIMBAILLE, 1987, p. 326). Isso também lhes mereceu “o apelativo de cartas apostólicas”, após a metade do séc. IV receberam o nome de “cartas católicas” (SACCHI, 1995, p. 235). Fora delas, nós temos apenas mais uma, a saber, a *carta aos Hebreus*. De tal forma que quando olhamos para todo o NT, temos a seguinte divisão, já clássica desde o período da Patrística: *Evangelhos* (4: Mt, Mc, Lc e Jo); *Atos*; *Cartas Paulinas* (13: Rm, 1Cor, 2Cor, Gl, Ef, Fl, Cl, 1Ts, 2Ts, 1Tm, 2Tm, Tt e Fm); *Hebreus*; *Cartas Católicas* (7: Tg, 1Pd, 2Pd, 1Jo, 2Jo, 3Jo e Jd) e *Apocalipse*. Todavia, aqui é sempre bom lembrar que alguns destes textos encontraram dificuldades para entrarem no cânon do NT (Hb, Tg, 2Pd, 2 e 3 Jo, Jd e Ap), como podemos conferir nas listas do *Enchiridion Biblicum*. Como nos recorda E. Boring, foi a Igreja quem escreveu, selecionou, editou, transmitiu, traduziu e interpretou os textos que ela aceitou como canônicos, escolha que “representa a fé da Igreja ‘una, santa, católica e apostólica’ do Credo de Niceia” (BORING, 2016, p. 19), embora estes textos tenham sido compostos em sua grande maioria até o final do primeiro século e pouca coisa na primeira metade do segundo século, como o caso de 2Pd, que a crítica em geral hoje já coloca por volta de 130 d.C. O *status* de livros canônicos veio mais tarde, no séc. IV d.C. e arrastou-se ao longo dos séculos como “decisão não absoluta em todas as ramificações do cristianismo” (BORING, 2016, p. 21).

Tendo em vista que a carta aos *Hb* já é tida como de autoria não paulina, é interessante observar a hodierna tendência de colocá-la juntamente com as cartas católicas para fins de estudo, dando como título à disciplina ou comentários: *carta aos Hebreus e Cartas Católicas/Gerais* ou o contrário *Cartas Católicas/Gerais e carta aos Hebreus*. Isso não significa que a carta aos

Hb seja uma carta católica e sim que ela ficou deslocada do conjunto das cartas paulinas. Nós defendemos que a carta aos *Hb* deva ocupar o seu próprio espaço, como acontece com o *Ap*, formando um *corpus* separado.

Outro dado interessante é que as cartas católicas contam com alguns textos relativamente breves e outros muito breves, visto que para cada um deles temos: Tg (5 cap.), 1Pd (5 cap.), 2Pd (3 cap.), 1Jo (5 cap.), 2Jo (13 v.), 3Jo (15 v.) e Jd (25 v.), sendo que estas últimas três epístolas vêm sempre marcadas e indicadas pelos seus versículos, pois não existem capítulos nelas. Elas constituem um conjunto importante em toda a literatura do NT, pois que nos revelam aspectos interessantes da Igreja Primitiva e mesmo em sua relação com os demais escritos do NT, como nos afirma R.E. Brown:

Às vezes, esses escritos confirmam elementos importantes da mensagem de Paulo (1 Pedro); de quando em vez, apresentam uma atmosfera bem diferente (1, 2 e 3 João; Judas); outras vezes, chegam perto de um confronto com Paulo (Tiago, 2 Pedro). Quase todos os aspectos dessas epístolas/cartas católicas são discutidos na exegese: o gênero (verdadeiras cartas?, seus destinatários (alguns específicos, outros não) e o verdadeiro escritor". E no rodapé duas notas importantes (4 e 5): "1 João não apresenta nenhum elemento do formato carta; 1 Pedro e Tiago contêm marcas do formato, mas o conteúdo aproxima-se do de uma homilia (marcada) por aspectos retóricos de um debate/diatribes (Tiago)" [...] "1, 2 e 3 João apresentam um nome de pessoa. Embora as demais também o façam, os intérpretes geralmente estão de acordo em que 2 Pedro é pseudônima, e discutem acerca de Tiago e Judas, mas a maioria favorece a pseudonímia. Apesar de discutida, 1 Pedro tem maior probabilidade de provir direta ou indiretamente do pretense escritor. (BROWN, 2004, p. 919-920).

Também é importante observar que o *corpus catholicum*, por sua vez, é um conjunto pouco explorado na literatura bíblica em geral do NT, que valoriza mais os Evangelhos e Atos ou cartas paulinas e *Ap*. Na prática, é mais fácil encontrar comentários acerca dos Evangelhos e cartas paulinas que dos livros do conjunto das cartas católicas, pois estas sempre despertaram pouco interesse nos estudos ficando, com isso, mais desconhecidas do público em geral e causando deficiência até mesmo no conhecimento de situações na vida da Igreja Nascente bastante diferentes daquelas que temos no epistolário paulino, como nos indica T. Ballarini:

As Epístolas Católicas não despertaram sempre a atenção que merecem pela originalidade e variedade de conteúdo, bem como pelo fato de revelarem-nos personagens, ambientes e momentos muitas vezes bastante diferentes dos que figuram no epistolário paulino. As Epístolas Católicas nos mostram, nos seus autores, personalidades vigorosas e traços inconfundíveis: Tiago, eco do mais genuíno ensinamento sapiencial e profético em forma cristã e mestre de uma moral austera; Judas, flagelo implacável do erro, em perspectiva rica de fulgores apocalípticos; Pedro, pastor de almas, que, seguindo o modelo do Pastor soberano, une harmonicamente ensinamento doutrinal e moral, exortações amarguradas e ameaças; João, que, embora permanecendo o discípulo doce e meditativo do quarto evangelho, assumiu, frente a tentativas de aberrações

do cristianismo, um ardor polêmico quase intransigente". (BALLARINI, 1969, p. 289-290).

A sua rica variedade de conteúdo nos apresenta alguns "pontos doutrinários em que a contribuição destes escritos é única e determinante [...] bem como originalidade e colorido na língua e estilo, em geral vigoroso e incisivo, [...] com muitas citações do AT, bem como o recurso a algum escrito apócrifo ou a tradições populares" (BALLARINI, 1969, p. 290). As cartas "dão a impressão de apresentar o testemunho a respeito de Jesus, da parte daqueles que o viram em sua carreira terrena, a saber, dois membros de sua família (Tiago e Judas) e dois dos mais importantes entre os Doze (Pedro e João)" (BROWN, 2004, p. 919).

Creemos não ser exagero afirmar que dos quatro *corpora* do NT (*Sinopticum*, *Joanicum*, *Paulinum* e *Catholicum*) o *corpus catholicum* é aquele que sempre despertou mais dificuldades de aceitação no Cânon ao longo de sua história, sendo admitido bem mais tarde (SACCHI, 1995, p. 235; TRIMBAILLE, 1987, p. 325); é aquele que sempre despertou menor interesse de estudos ao longo da história do Cristianismo, inclusive no período da Reforma, que colocou em xeque algumas destas cartas, como que ressuscitando a temática da aceitação ou não no cânon do NT, tendo a sua resposta definitiva no Concílio de Trento (ENCHIRIDION BIBLICUM, 1994, n. 59). A própria Igreja levou mais de três séculos para se chegar ao sentido da palavra "cânon" no "sentido bíblico" (PAUL, 2009, p. 39). Também é relevante observar que entre as sete cartas católicas nós encontramos cinco dos sete chamados livros *Deuterocanônicos* do NT, a saber: *Tg*, *2Pd*, *2-3 Jo* e *Jd*, além dos textos de *Hb* e *Ap*, que compreendem os textos que mais resistências encontraram para entrarem no cânon do NT, como pode ser visto nas muitas listas antigas (cf. CINGOLANI, 2008, p. 49-62), sendo recusados inclusive por alguns Pais da Reforma (CANTINAT, 1968, p. 174; BALLARINI, 1969, p. 285-287). Alguns chegam a afirmar que o número *sete* tenha se dado quase que artificialmente, a partir da ideia das *sete* cartas paulinas escritas a *sete* Igrejas e das *sete* cartas do *Ap* escritas também a *sete* Igrejas; além do mais, o número *sete* realmente tem importância na *aritmologia bíblica*, indicando a plenitude ou totalidade (CULLMANN, 2012, p. 69-83; BORING, 2016, p. 26).

Cada um dos escritos das cartas católicas apresentava uma dificuldade já desde o início do cristianismo: autoria (*Ap*, *Hb* e *2Pd*), doutrina (*Ap*), brevidade e limitado conteúdo teológico (*2-3 Jo*), paternidade literária (*Tg* e *Jd*), tempo sub-apostólico (demais disputadas que não entraram no Cânon: *1-2 Clemente*, *Didaqué*, *Hermas* e *Barnabé*), e as que entraram só foram admitidas no cânon do NT num segundo momento (MANNUCCI, 2008, 241); ademais, é importante termos presente que os textos do NT foram colocados como sendo uma parte da Bíblia cristã e não em substituição ao AT, como tencionava Marcião, com o seu cânon *reduzido* e *expurgado* sem

o Antigo Testamento (AT) e com apenas Lucas e Paulo (BORING, 2016, p. 23-25); além de que a designação AT para o texto hebraico só aparece quando aparece o termo NT para os escritos cristãos (PAUL, 2009, p. 44). Neste sentido, a nossa intenção é colaborar nesta área onde seguramente temos muito a explorar, pois tem tanto a oferecer à *Teologia Bíblica* em geral, até mesmo por causa de sua distância histórica de alguns textos em relação à *Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo*. Além disso, o conteúdo de muitos destes textos é desconhecido de nosso público em geral. Por isso, é importante torná-lo acessível a todos.

1 A origem do título *Cartas/Epístolas Católicas*

Nosso intento neste item é ver como as *Cartas* ou *Epístolas Católicas* (καθολικαὶ ἐπιστολαί) entraram para o cânon do NT, em sua aceitação entre as várias Igrejas do Ocidente e do Oriente, com este título, e constatar em que momento e situação este *corpus* foi se impondo (com este título) ao longo da história do NT e do cristianismo. No que diz respeito às discussões sobre a diferença entre *carta*, que parece tratar muito mais de destinatários e finalidades concretas, e *Epístola*, que parece ser mais um tratado doutrinal em forma epistolar, parece que estes sete textos têm um pouco das duas coisas (GARCIA DEL MORAL, 1971, p. 16-20). O melhor seria trabalhar cada um dos textos e averiguar individualmente esta temática.

Um dado interessante é perceber que as *Cartas Católicas* (Tg, 1 e 2Pd, 1, 2 e 3Jo e Jd) “são distinguidas pelo nome do escritor a quem são atribuídas textual ou tradicionalmente, e não pelo nome dos destinatários” (FITZMYER, 2011, p. 404; cf. KÜMMEL, 1982, p. 508), como as *Cartas Paulinas* (Rm, 1 e 2 Cor, Gl, Ef, Col, 1 e 2Ts, Fl e Fm) e as *Pastorais* (1 e 2 Tm e Tt), bem como a *carta aos Hebreus*. Além disso, é bom recordar também que a tradição inglesa protestante normalmente traduziu e ainda traduz a nomenclatura “*Cartas Católicas*” por “*General Epistles*” (LUGO RODRÍGUEZ, 2008, p. 28); isso é comum no meio protestante e evangélico, traduzindo, assim, o sentido do termo *católica* por *geral*. Como a nomenclatura é um tanto quanto difícil de ser explicada, define-se melhor o que significa o termo e adjetivo para ela como cartas “*católicas*”, em se tratando da aceitação como *canônicas* ou se se trata de seus *destinatários*; assim sendo, “muitos preferem chamá-las de ‘cartas não paulinas’” (LUGO RODRÍGUEZ, 2008, p. 28) ou de literatura não paulina (cf. BRUCE, 2005). Aliás, para alguns até mesmo o seu conjunto é problemático, a exemplo de W. J. Harrington que afirma que “estes escritos diferem tanto uns dos outros que o simples fato de não serem paulinos parece ser a única razão de reuni-los no mesmo grupo” (HARRINGTON, 2002, p. 574). Então, visto ser necessário explicar o significado do termo e justificar a permanência das sete cartas neste conjunto,

as cartas joaninas acabam sendo colocadas na literatura joanina, por causa de identidade dentro do cânon do NT. Fato é que se as cartas paulinas têm uma destinação mais “particular”, as cartas católicas têm uma destinação mais “geral”, pois “foram dirigidas aos cristãos em geral” (HARRINGTON, 2002, p. 574; PENNA, 2014, p. 100).

O historiador antigo *Eusébio de Cesareia* (grego) foi o primeiro a falar no plural a respeito “das sete chamadas católicas” para designar o grupo das sete últimas cartas do NT, conforme lemos em seu texto *Hist. Eccles. II,24-25*: “τοιαῦτα καὶ τὰ κατὰ Ἰάκωβον, οὗ ἡ πρώτη τῶν ὀνομαζομένων καθολικῶν ἐπιστολῶν εἶναι λέγεται· ἰστέον δὲ ὡς νοθεύεται μὲν, οὐ πολλοὶ γοῦν τῶν παλαιῶν αὐτῆς ἐμνημόνευσαν, ὡς οὐδὲ τῆς λεγομένης Ἰούδα, μιᾶς καὶ αὐτῆς οὔσης τῶν ἑπτὰ λεγομένων καθολικῶν· / São tais os relatos a respeito de Tiago, de quem se diz que teria escrito a primeira das epístolas chamadas católicas, mas deve-se observar que é considerada espúria. De fato, não muitos dos antigos a mencionam, nem a chamada de Judas, também uma das sete chamadas católicas.” (EUSÉBIO DE CESAREA, 2008; cf. LÓPEZ ROSA, 2008, p. 29; GARCIA DEL MORAL, 1971, p. 13). O que se nota é que somente se chegou ao número sete para estas cartas após uma longa, variada e trabalhosa história; analisaremos aqui no que diz respeito à sua aceitação na formação do cânone do NT, enquanto ingresso e reconhecimento como textos genuinamente inspirados e revelados. No entanto, “no ano 360 já eram chamadas dessa forma pelo Concílio de Laodiceia em seu cânon 59” (TUÑI; ALEGRE, 1999, p. 261).

O título *καθολικὴ ἐπιστολή* (*katholikē Epistolē*), no singular, foi, aparentemente, usado pela primeira vez em relação à primeira Epístola de João por Apolônio de Roma (BALLARINI, 1969, p. 285; KÜMMEL, 1982, p. 508; HARRINGTON, 2002, p. 574), um antimontanista, em 197 d.C., conforme lemos em Eusébio, *Hist. Eccles. V,18,5*: “μιμούμενος τὸν ἀπόστολον, καθολικὴν τινα συνταξάμενος ἐπιστολήν / à imitação do Apóstolo, compondo uma epístola católica” (EUSÉBIO DE CESAREIA, 2008), e que vai ser adotado também por Jerônimo na tradução da Vulgata (CULLMANN, 2012, p. 69). O texto do cânone Muratoriano (*Fragmentum Muratorianum*; EB 1-7, latino), com texto corrompido e “difícil de ser reconstruído em seu sentido primitivo ou de precisar-lhe o sentido” (BALLARINI, 1969, p. 286), em sua linha 69s (EB 5-6), também afirma o nome “católicas” para estes escritos do NT. Este é um dado importante, sobretudo se levarmos em consideração que se trata do Documento mais antigo que temos a respeito do cânone do NT, visto ser do período de aproximadamente 170 d.C. (ALVES, 2011, p. 197; BRUCE, 2013, p. 143-152.), mas que também encontra controvérsias ou oposições a esta data (cf. TREGELLES, 1867; CAMPOS, 1960; SUNDBERG, 1973; FERGUSON, 1982; HAHNEMAN, 1992; SÁNCHEZ CARO, 2002). Da 1Jo o título parece ter se espalhado para o grupo todo das sete cartas católicas. O teólogo e biblista J. A. Fitzmyer indica que a *Vulgata Sixto Clementina* (1592), que apresentava os 46 livros para o AT e os 27

para o NT, parece usar o nome somente para Tg e Jd (FITZMYER, 2011, p. 405), seguindo aquilo que foi a Profissão de Fé Católica do pós-Concílio de Trento acerca dos cânones do AT e do NT da Bíblia contendo os seus atuais 73 (ALVES, 2011, n. 36, p. 136-141).

O significado do título é ainda discutido e debatido, visto que no Oriente ele significa “dirigidas a todas as igrejas” ou “com a intenção de atingir leitores em geral” (*destinadas à Igreja inteira*) (KÜMMEL, 1982, 509; BALLARINI, 1969, p. 286), diferentemente das paulinas que têm destino bem delimitado, ao passo que no Ocidente as sete foram chamadas *epistulae canonicae* (“epístolas canônicas”) (KÜMMEL, 1982, p. 509; GARCIA DEL MORAL, 1971, p. 14), sugerindo que no Ocidente o termo “católico” era compreendido como “canônico”, ou seja, que “tais textos” ao serem indicados como sendo “católicos” o que se queria afirmar é que eles eram reconhecidos pela universalidade das Igrejas como sendo inspirados (*aceitos pela Igreja*) (BALLARINI, 1969, p. 286-287; CULLMANN, 2012, p. 69), ou pelo menos por uma vasta área geográfica, seja ela especificada ou não (PENNA, 2014, p. 100).

O título “canônicas” aparece pela primeira vez no *Concílio Romano* (de 382 d.C.) e no *Decreto Gelasiano* (publicado entre os 392-396 d.C., EB 26-27; DzH 179-180; ou ainda PL 19,790B-793^a; cf. BRUCE, 2013, p. 213-214), que o Denzinger intitula *Decretum Damasi* (382, visto ser do Papa Dâmaso; DzH 177-178), onde nota-se a participação de Jerônimo, sendo o primeiro grande documento da Igreja sobre o Cânon, e composto nos tempos do Papa Gelásio I (492-496 d.C.) (ALVES, 2011, p. 102). Neste sentido é que J. A. Fitzmyer levanta o dado de que “se o título no sentido oriental (‘dirigidas a todas as igrejas’) for considerado mais apropriado, ele é mais difícil de justificar, visto que as Epístolas 2 e 3Jo e 1Pd são endereçadas a comunidades específicas, contendo sua destinação específica determinada no início da própria carta” (FITZMYER, 2011, p. 405). O interessante é notar as leituras que encontramos nestes textos: em 2Jo 1: “Ο πρεσβύτερος ἐκλεκτῆ κυρία καὶ τοῖς τέκνοις αὐτῆς, οὓς ἐγὼ ἀγαπῶ ἐν ἀληθείᾳ /O *Ancião à Senhora eleita e a seus filhos, que amo na verdade*”; em 3Jo 1 lemos: “Ο πρεσβύτερος Γαῖω τῷ ἀγαπητῷ, ὃν ἐγὼ ἀγαπῶ ἐν ἀληθείᾳ /O *Ancião ao caríssimo Gaio, a quem amo na verdade*”; e 1Pd temos: “Πέτρος ἀπόστολος Ἰησοῦ Χριστοῦ ἐκλεκτοῖς παρεπιδήμοις διασπορᾶς Πόντου, Γαλατίας, Καππαδοκίας, Ἀσίας καὶ Βιθυνίας /Pedro, apóstolo de Jesus Cristo, aos eleitos forasteiros da dispersão: do Ponto, da Galácia, da Capadócia, da Ásia e da Bitínia”. Com isso se constata que teríamos um endereço em cada uma destas três epístolas católicas, o que já não acontece nas outras quatro: Tg, 2Pd, 1Jo e Jd (KÜMMEL, 1982, p. 509).

Outra questão é que se as “Epístolas Católicas” são distinguidas pelo *nome do escritor* a quem são atribuídas *textual ou tradicionalmente*, e não pelo *nome dos destinatários*, como as paulinas e as pastorais, é óbvio que a carta aos Hb cria problemas para entrar no conjunto das *católicas* visto que se identifica

pelos *destinatários* e não pelo *autor*. Esta é uma temática que precisa ser mais bem estudada e definida. Mas também não vemos problemas que a carta aos *Hb* permaneça sozinha no Cânon, como temos o livro do *Ap*. A única questão é ver onde colocá-la para fins acadêmicos, uma vez que é preciso encaixá-la em um dos *corpora* para fins de estudo, como temos em relação aos demais *corpora* além do *corpus* católico (o sinótico, o joanino e o paulino). Fato é que a carta aos *Hb* faz parte dos “oito escritos” (SACCHI, 1995, p. 235) que se encontram entre as cartas paulinas e o *Ap*, também chamadas de cartas de “não atribuição a Paulo” (KÜMMEL, 1982, p. 507). Aliás, alguns textos já são atualmente publicados com este título, conforme temos em nossas referências bibliográficas (cf. KÜMMEL, 1982, p. 507-624; LUGO RODRÍGUEZ, 2008, p. 23-36).

Creemos ser importante também esclarecer a questão da forma de escrita de um documento na antiguidade, visto que no mundo antigo eram usadas quatro modalidades de escrita de cartas: 1) escrever de próprio punho; 2) ditar palavra por palavra, sílaba por sílaba; 3) dar o sentido ou ideia, confiando a formulação por conta de um secretário e depois conferir; 4) fazer com que alguém escrevesse em nome da pessoa, apenas indicando a intensão, mas confiando inteiramente a redação a outra pessoa. As modalidades mais comumente usadas, sem sombra de dúvidas, eram 1 e 3. Escritores da antiguidade se queixavam da modalidade 2 (o ditado é cansativo e fatigante), especialmente quando o escriba secretário não era apto, capaz e veloz (GARCIA DEL MORAL, 1971, p. 20-22).

No que tange à diferença de terminologia, se *epístola* ou *carta* para o *corpus catholicum* (cf. NEF ULLOA; LOPES, 2016, p. 583-604) cremos que a terminologia “epístola” é um título mais adequado tanto para *Hb* bem como para as 7 Epístolas Católicas do NT, com exceção de 2 e 3 Jo, que são “cartas” (mesmo que “*O Ancião à Senhora eleita e seus filhos*”, 2Jo 1, talvez se refira a uma comunidade, e não a um indivíduo). Ademais, *Hb* é mais um sermão exortativo, rico em exposição teológica e exegese alexandrina do AT, com tudo o que o autor pode resgatar e valorizar do AT; ao contrário das cartas de Paulo, que suas exortações estão dispersas por todo o escrito (FITZMYER, 2011, p. 400-401). Ainda no que tange à carta aos *Hb*, nós não temos indícios de que alguma vez *Hb* tenha tido uma fórmula de abertura (*Hb* 1,1-4), e a seção derradeira com sua saudação e seu pedido final (*Hb* 13,24-25) lhe dá um pouco de *forma epistolar*, mas que talvez seja secundário em relação ao conjunto da composição.

Os textos de Tg, 1 e 2Pd e Jd seriam “epístolas”, porque seriam homilias em forma de carta: 1Pd talvez seja fruto de uma homilia para uma liturgia batismal; Tg está escrita no estilo da parênese judaica helenística; 2Pd e Jd seriam homilias didáticas repletas de admoestação e exortação. E a 1Jo é, talvez, a mais difícil de ser classificada, uma vez que lhe faltam todos os elementos do gênero da carta.

2 O *Corpus Catholicum* no Cânon do Novo Testamento

A nossa intenção é ver como as *Cartas/Epístolas Católicas* entraram para o cânon do NT e como foi a sua aceitação entre as várias Igrejas do Ocidente e do Oriente, até que, definitivamente, resultasse no cânon (como as temos hoje em nossas Bíblias em geral); embora haja ainda algumas diferenças de aceitação ou de uso litúrgico por parte de algumas igrejas orientais (Cf. ZIMMER, p. 16-17), cremos ser importante também dar uma olhada no cânon ao longo do cristianismo, pelo menos até a edição de João Ferreira de Almeida, a tradução mais usada no meio protestante e evangélico no Brasil (cf. ALVES, 2006). Neste sentido também vale a pena conferir o testemunho de W.G. Kümmel, que afirma:

“As epístolas católicas, do Cânone da Igreja grega, figuram após Atos dos Apóstolos e antes das epístolas paulinas; mas no Cânone da Igreja latina, as epístolas paulinas vem antes das epístolas católicas. Nas edições dos textos modernos varia. A sequência das sete epístolas também tem mudado consideravelmente, e a sequência de quase todos os manuscritos gregos — Tg, Pd, Jo, Jd — foi alterada por Lutero no fundamento de sua visão crítica referente ao Cânone: Pd, João, Hb, Tg, Jd” (KÜMMEL, 1982, p. 509).

2.1 *Os critérios para a Formação do Cânon do Novo Testamento*

Embora possamos afirmar que os principais critérios para a formação do Cânon do NT tenham sido a pessoa de Jesus, como norma suprema, e a pregação oral dos apóstolos, juntamente com a vida da comunidade e seu uso litúrgico, como pontos de referência (no que diz respeito aos critérios que foram sendo levados em consideração para a aceitação dos livros presentes no NT), percebemos que houve uma progressão nos mesmos até que se chegasse a fechar o Cânon como o temos hoje. Aliás, devemos supor que sucede algo bem normal: quando a tradição oral começa a se tornar suspeita e incontrolável, impõe-se a necessidade de escritos que transmitam fielmente essa tradição.

Não se pode falar de aceitação de um livro apenas a partir de um critério e sim do conjunto de critérios, pois um apenas poderia gerar graves erros. Não foi um critério sozinho e sim o conjunto dos critérios que deu base para se chegar às escolhas que foram sendo feitas, passo a passo. Estes critérios podem ser resumidos na sequência que trazemos abaixo; aliás, são compartilhados por PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 113-115; BRUCE, 2013, p. 221-244; BARRERA, 1999, p. 297-298; MANNUCCI, 2008, p. 241-242; BITTENCOURT, 1965, p. 23-25; GAMBLE, 2002, p. 67-72; MCDONALD, 2011, p. 401-421; MCDONALD, 2012, p. 228-249; MCDONALD, 2013, p. 214-237; BORING, 2016, p. 30-33, entre outros.

a) Apostolicidade e pregação apostólica: texto escrito por um apóstolo ou atribuído a ele, como fruto de sua pregação, que entrou como garan-

tia de autenticidade dos escritos que circulavam pelas comunidades cristãs primitivas, visto terem sido testemunhas oculares do mestre, e que dão ao texto o que hoje chamamos de *imprimatur* apostólico. Interessante perceber os passos nesta direção e ver que se foi formando uma espécie de núcleo de escritos apostólicos, como que uma seleção de obras que continha o “coração” do ensinamento apostólico (McDONALD, 2013, p. 216); revelam e confirmam cada vez mais o conteúdo da fé apostólica (BORING, 2016, p. 31). Em seguida, podemos falar que o passo foi a elaboração da categoria teológica de *sucessão apostólica*, que fundamenta teologicamente a razão de ser da hierarquia eclesiástica (cf. 1 Clemente). O próximo passo foi a reflexão sobre a outra categoria teológica de *tradição apostólica* que se torna autoridade: os bispos, por serem sucessores dos apóstolos, são a garantia do ensinamento autêntico deles, pelo fato de estarem em linha de sucessão e alinhados com os ensinamentos dos Apóstolos, que de fato são uma das bases de apoio do Cânon das Escrituras Sagradas. É importante que também tenhamos presente que tal critério não foi tão simples de ser praticado, pois muitos apócrifos eram obras pseudoepígrafas e isso gerava problemas no discernimento. Estes últimos eram textos atribuídos a apóstolos, como o Evangelho e o Apocalipse de Pedro. Os diversos grupos se pautavam por isso e geravam discussões e divisões na Igreja. Isso acabou fazendo com que algumas igrejas aceitassem alguns e recusassem outros (MANNUCCI, 2008, p. 241-242).

b) Regra de Fé (*Regula fidei* / Ortodoxia): a partir da problemática do *Cânon reduzido* ou *mutilado* de Marcião, que não hesitou em usar a faca para cortar e tirar tudo o que considerava alheio à mensagem cristã, criando um cânon próprio do NT (GABEL; WHEELER, 1993, p. 81), com apenas Lucas e 10 cartas paulinas (144 d.C.) e do Movimento Montanista (172 d.C.; cf. EUSÉBIO DE CESAREIA, 2000, *Hist. Ecles.* V,14.1-18,14.), a Igreja foi delineando o valor de uma *reta ortodoxia* na transmissão dos textos e de seus conteúdos, bem como no conjunto de todos os livros já aceitos ou não pelas chamadas Igrejas locais. Não estamos afirmando que o *Cânon* seja consequência apenas da ação de Marcião e dos Montanistas, como algo que tenha sido decisivo. Mas tão somente que a ação deles pressionou e acelerou o processo em vista do Cânon Bíblico, processo este que já vinha deste o final séc. I e que foi amadurecendo no séc. IV, atingindo uma confirmação entre fé apostólica e fé canônica (BORING, 2016, p. 32). Por exemplo, no séc. II, em reação a Marcião temos Justino de Roma e sua defesa da *regula fidei* (100-165 d.C.). A *Diatéssaron* de Taciano (120-180 d.C.) reconstrói a vida de Cristo a partir dos 4 Evangelhos, tendo como base o Evangelho de João. Irineu de Lyon (130-202 d.C.) defende que o Evangelho é *Tetramorfo*, além de defender o Cânon longo do NT. Clemente de Alexandria (150-217) vai contra Marcião e defende os 4 Evangelhos e um Cânon longo do NT. Tertuliano, no norte da África (160-220), vai contra o Cânon mutilado de Marcião e defende os 4 Evangelhos e o Cânon amplo. O Cânon do *Fragmento Muratoriano* (170 d.C.) defende igualmente os 4 Evangelhos e o Cânon amplo do NT. Isso, levando em consideração que

nem todos já citem todos os livros do NT, como teremos a partir do séc. IV, de Atanásio de Alexandria para frente, com a sua famosa Carta Pascal de 367 d.C. ou ainda na obra de Eusébio de Cesareia, que atendendo a um pedido do Imperador para reproduzir 50 cópias integrais das Sagradas Escrituras, já teria citado os 27 livros que temos no NT (EUSEBIO DI CESAREA, 2009, Lib. 4,36-37). Todos os passos foram sendo dados no sentido de garantir a verdade acerca de Jesus Cristo, como fundamento maior dos textos sagrados e, a partir daí, foram sendo escolhidos textos que dessem base a isso, assegurando a unidade em meio à diversidade das comunidades cristãs (MCDONALD, 2013, p. 220).

c) Antiguidade: o tempo foi passando e foram surgindo novos escritos, muitos dos quais foram considerados apócrifos. Juntamente com os critérios de “apostolicidade” e de “regra da fé” havia outro necessário para garantir que um texto era ou não canônico; ou seja: a “antiguidade” (McDONALD, 2013, p. 223), pois tinha que ser apostólico e do período dos Apóstolos, ainda que alguns tenham escapado à regra e são apenas de atribuição, pois foram escritos após a morte do Apóstolo, ao qual foi atribuído, como é o caso da 2Pd, hoje datada por volta do ano 130 d.C. Aliás, os dois primeiros séculos parecem ter sido realmente “um período de furiosa atividade literária” (GABEL; WHEELER, 1993, p. 80), onde alguns textos entraram para o Cânon e outros não, como é o caso dos muitos textos apócrifos do NT. Como a autoridade devia ser depositada sob um dos Apóstolos e eles já tinham morrido, é óbvio que foi se estabelecendo o *critério da antiguidade* como forma de autenticidade, visto que as coisas iam se multiplicando e sendo falsificadas. Assim se levou em conta se um texto era mais antigo ou mais recente para também ser aceito ou recusado. Mesmo assim, alguns textos que contavam com a atribuição apostólica acabaram entrando no Cânon, mesmo tendo sido escrito após a morte do referido Apóstolo; e um número considerável ficou de fora (FARIAS, 2009, p. 63-80).

d) Uso litúrgico e adaptabilidade nas igrejas locais: por fim, visto que os textos foram escritos para comunidades específicas, mas que começaram a circular pelas diversas comunidades cristãs orientais e ocidentais, é óbvio que o *uso litúrgico* e *catequético* nas diversas comunidades teve forte impacto na aceitação ou não dos textos que foram entrando no Cânon ou eram recusados e deixados de fora, pois contava muito se o texto era capaz de alimentar ou não a vida pessoal e eclesial do cristianismo nascente, equacionando eficiência e fidelidade à proclamação cristã primordial (McDONALD, 2013, p. 235). As primeiras gerações de fiéis foram lendo e encontrando nos escritos do NT “uma fonte de força espiritual” (GABEL; WHEELER, 1993, p. 82), que depois foi ratificada pela autoridade eclesiástica, confirmando a escolha tradicional do uso dos textos nas várias comunidades cristãs (GABEL; WHEELER 1993, 82). Se a aprovação dos textos contou com o *imprimatur apostólico*, também o fez com o *imprimatur da própria comunidade* da Igreja que ia usando o texto. Também contaram

as *distâncias geográficas e culturais* das diversas Igrejas bem como as *diferentes orientações teológicas* dos grandes centros cristãos de pensamento da época (principalmente Roma, Antioquia da Síria, Éfeso e Alexandria) (McDONALD, 2013, p. 233); inclusive *certas rivalidades políticas* também deixaram sua marca na história da formação do Cânon. Neste sentido, contaram e muito as *decisões eclesiásticas oficiais*, visto ser fruto da Igreja e de sua intuição religiosa, ainda que estas apareçam somente no final do século IV. A própria *história da manufatura dos códices* tem seu influxo: não é pura casualidade que somente no século IV se conseguiu o aperfeiçoamento técnico suficiente para fabricar *códices grandes* com muitas folhas, tornando assim possível colecionar juntos vários livros, até então copiados em *pequenos códices* soltos.

2.2 As Cartas Católicas nas listas Orientais e nas Ocidentais

No que diz respeito às *Cartas Católicas*, nas listas *Orientais* (gregas) o *corpus catholicum* segue o livro de Atos e precedem o *corpus paulinum* (KÜMMEL, 1982, p. 509; BRUCE, 2013, p. 188-189), como temos no *cânon de Atanásio* (367 d.C.; EB 14-15, grego). Atanásio era bispo de Alexandria e participou do *Concílio de Niceia* (325 d.C.), quando ainda era diácono, sendo, então, uma testemunha importante sobre o Cânon da Bíblia. Quando bispo era seu costume enviar cartas às Igrejas de sua Diocese. Por ocasião da Páscoa, no ano de 367 d.C., preocupado com a situação de quais livros estavam sendo lidos em suas igrejas, ele enviou a chamada *Carta Pascal 39*, estabelecendo a lista dos livros sagrados que deveriam ser lidos nas Igrejas, incluindo também o livro do *Ap*, conforme lemos no texto *Ep. 39,85*, que encontramos na *PG 26*, p. 1177 e 1437 (cf. ATANÁSIO DE ALEXANDRIA, 1857, p. 1175-1180 e 1435-1438; ARAGIONE, 2005, p. 197-219), recordando que o texto do livro do *Ap* era muito rejeitado entre os Padres Orientais.

Nas listas orientais as cartas católicas parecem ter sido consideradas mais importantes, sendo atribuídas a apóstolos ou a membros originais da Igreja-Mãe de Jerusalém. Ao que nos parece, ao dispor as cartas católicas imediatamente após o texto de Atos e antes das cartas paulinas, o critério tenha sido aquele de citar antes os considerados como “colunas” da Igreja, conforme encontramos em Gl 2,9, onde lemos: “καὶ γνόντες τὴν χάριν τὴν δοθεῖσάν μοι, Ἰάκωβος καὶ Κηφᾶς καὶ Ἰωάννης, οἱ δοκοῦντες στῦλοι εἶναι, δεξιὰς ἔδωκαν ἐμοὶ καὶ Βαρναβᾶ κοινωνίας, ἵνα ἡμεῖς εἰς τὰ ἔθνη, αὐτοὶ δὲ εἰς τὴν περιτομὴν / E conhecendo a graça em mim concedida, Tiago, Cefas e João, os notáveis tidos como colunas, estenderam-nos a mão, a mim e a Barnabé, em sinal de comunhão: nós pregaríamos aos gentios e eles para a Circuncisão” (LÜHRMANN, 1981, p. 65-87; GARCIA DEL MORAL, 1971, p. 15). Estes três apóstolos são aqueles mesmos citados com Jesus na Transfiguração, na alta Montanha, embora tenham ordem diversa, mesmo entre si: a) Mt 17,1: “Seis dias depois, Jesus tomou Pedro, Tiago e seu irmão João (παραλαμβάνει ὁ Ἰησοῦς τὸν Πέτρον καὶ Ἰάκωβον καὶ

Ἰωάννην τὸν ἀδελφὸν αὐτοῦ), e os levou para um lugar à parte, sobre uma alta montanha”; b) Mc 9,2: “Seis dias depois, Jesus tomou consigo Pedro, Tiago e João (παραλαμβάνει ὁ Ἰησοῦς τὸν Πέτρον καὶ τὸν Ἰάκωβον καὶ τὸν Ἰωάννην), e os levou, sozinhos, para um lugar retirado, sobre uma alta montanha”; b) Lc 9,28: “Mais ou menos oito dias depois dessas palavras, tomando consigo Pedro, João e Tiago (παραλαβὼν Πέτρον καὶ Ἰωάννην καὶ Ἰάκωβον), ele subiu à montanha para orar”.

Também se poderia pensar que a sequência nas listas orientais se deve ao fato de que primeiro são narrados os atos da Igreja Mãe e depois os feitos de Paulo, indicando assim aqueles que tinham sido apóstolos antes dele, conforme ele afirma em Gl 1,17: “οὐδὲ ἀνῆλθον εἰς Ἱεροσόλυμα πρὸς τοὺς πρὸ ἐμοῦ ἀποστόλους, ἀλλ’ ἀπῆλθον εἰς Ἀραβίαν καὶ πάλιν ὑπέστρεψα εἰς Δαμασκόν./ *Nem subi a Jerusalém aos que eram apóstolos antes de mim, mas fui à Arábia, e voltei novamente a Damasco.*” (BALLARINI, 1969, p. 287). Esta é a disposição que encontramos em Cirilo de Jerusalém e no Concílio de Laodicea.

Nas listas *Ocidentais* (latinas) (KÜMMEL, 1982, p. 509), as cartas católicas são colocadas após as cartas de Paulo, que são consideradas mais antigas e mais importantes, conforme encontramos no *Concílio Plenário de Hipona* (latino: 08/10/393; EB 16-20; DzH 186), que foi um Concílio para todo o Norte da África. Este é um tempo em que contamos também com a presença de Agostinho, uma das grandes mentes entre os Padres da Igreja, que apresenta um cânon com os 27 livros (MARTÍN, 1957, p. 124-127). O Concílio de Hipona já traz a *lista* completa dos 27 livros do cânon do NT. O fato de as cartas paulinas virem antes, pode se dar pelo fato de seu volume ser muito maior que das cartas católicas, em número e conteúdo, ou ainda pela importância que as cartas paulinas “exerceram no desenvolvimento teológico cristão” (BALLARINI, 1969, p. 287). Em consonância com Hipona, temos os dois *Concílios de Cartago* (latinos, o III aos 28/08/397 e o IV aos 25/06/419; EB 16-20; DzH 186), também no norte da África, que trazem a mesma lista, acrescentando no final o fato de se consultar a Igreja ultramarina sobre a lista dos livros canônicos: “Para a confirmação deste cânon, deve-se consultar a Igreja do outro lado do mar [Roma]... *ut de confirmando isto canone transmarina Ecclesia consulatur*”, além de que se cita nominalmente o fato de se levar este cânon ao conhecimento de Bonifácio e aos demais bispos daquela parte para se obter a aprovação: “Dê-se conhecer este cânon a Bonifácio, nosso irmão no sacerdócio, e aos outros bispos daquelas partes, para se obtenha a confirmação [*pro confirmando isto canone innotescas*]. Da parte de nossos pais, recebemos estes textos para que sejam lidos na Igreja”. (ALVES, 2011, p. 107-108).

Nas listas latinas nós encontramos o *corpus catholicum* após o *corpus paulinum*, como temos em nossas Bíblias ainda hoje. Mas a questão é bastante controversa, visto o variado número de *Decisões Eclesiásticas* que traziam

primeiro as paulinas e as que traziam primeiro as católicas, além da ordem das católicas no cânon que nem sempre foi a que temos em nossas Bíblias hoje, que passou a vigorar a partir do cânon da *Vulgata*, de Jerônimo. F.F. Bruce afirma que “o mais importante, todavia, é que o NT da *Vulgata* [...] compreende 27 livros, e com a aceitação generalizada da *Vulgata* pelos cristãos ocidentais, as dimensões do cânon do NT foram definitivamente fixadas” (BRUCE, 2013, p. 204). O cânon da *Vulgata* é semelhante ao cânon dos Concílios de Hipona (393) e de Cartago (397 e 419), tendo uma lista dos livros do AT e do NT bastante parecida (cf. EB 16-20; GABEL; WHEELER, 1993, p. 81). Mas também é importante que tenhamos presente que este cânon do NT com 27 livros para o ocidente já tinha sido determinado integralmente pelo *Concílio Romano I* (382 d.C.) e pelo *Decreto Gelasiano* (EB 26-27, latinos; cf. CONCILIUM SUB DAMASO, 1846, p. 787-794; CONCILIUM SUB GELASIO, 1847, p. 157-166; ALVES, 2011, p. 102-105).

No que diz respeito à sua ordem ou arranjo atual dentro do conjunto de todo o grupo das cartas católicas, o oriente deu precedência a Tg, 1 e 2Pd, 1, 2 e 3Jo e Jd (cf. WESTCOTT; HORT, 1906), que, como acenamos acima, talvez dependa da ordem dos nomes que lemos em Gl 2,9: “Ἰάκωβος καὶ Κηφᾶς καὶ Ἰωάννης, οἱ δοκοῦντες στῦλοι εἶναι / *Tiago, Cefas e João, os notáveis tidos como colunas*”. E, é óbvio, a de Jd teria sido colocada no fim, respeitando esta ordem e na sua sequência. Já o ocidente parece ter visto o grupo das cartas católicas como um apêndice das cartas paulinas e, por isso mesmo, dispôs as mesmas após as cartas paulinas, dando, porém, “preferência a *Pedro* sobre *Tiago*, certamente por causa da posição que *Pedro* ocupa no Colégio Apostólico” (BALLARINI, 1969, p. 288). A única que dificilmente é alterada na ordem é a carta de Jd, que quase sempre ocupa o último lugar. Mas as demais sofrem constantes alterações, dependendo do cânon ocidental, como nos recorda R. Ballarini:

“A ordem Pedro, João, Tiago, Judas, que aparece já nos cânones dos concílios de Hipona (393) e de Cartago (397), foi adotada pelos Concílios de Florença (1442) e de Trento (1546). E, todavia, a *Vulgata* Sixto Clementina segue a ordem Tiago, Pedro, etc., vindo assim a coincidir, praticamente, com o cânon das Igrejas orientais” (BALLARINI, 1969, p. 288).

A ordem ocidental, que privilegia Pd como sendo a primeira do *canon catholicum*, também é encontrada nos Decretos do Concílio de Florença (14/02/1442): “*Petri duabus, tribus Johannis, una Jacobi, una Judae*” (EB 47; DzH 1335) e do Concílio de Trento (*Sessão IV*, 15/04/1546): “*Petri Apostoli due, Johannis Apostoli tres, Jacobi Apostoli una, Judae Apostoli una*” (EB 59; DzH 1503), reflete uma avaliação da dignidade dos autores em uso no ocidente: 1 e 2Pd, 1,2 e 3Jo, Tg e Jd (METZGER, 1997, p. 261-261; GARCIA DEL MORAL, 1971, p. 15). Estes concílios foram ratificados pelo Concílio Vaticano II, que, tendo consciência do valor das Sagradas Escrituras em toda a História, Tradição e Teologia (GONZAGA, 2015, p. 202-235), não tem dúvidas em reafirmar o cânon bíblico que sempre usou. Por isso, na

Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a Revelação Divina, no item III. *Inspiração Divina da Bíblia e Sua Interpretação*, em seu tópico *Inspiração e verdade na Sagrada Escritura*, número 11, mesmo não trazendo uma lista do cânon do AT e do NT, faz uma afirmação categórica reafirmando que tem a todos os livros sagrados como canônicos, quer do AT quer do NT:

As coisas divinamente reveladas, que se encerram por escrito na Sagrada Escritura e nesta se nos oferecem, foram consignadas sob influxo do Espírito Santo. Pois a Santa Mãe Igreja, segundo a fé apostólica, tem como sagrados e canônicos os livros completos tanto do Antigo como do NT, com todas as suas partes, porque, escritos sob a inspiração do Espírito Santo (cf. Jo 20,31; II Tim 3,16; II Pd 1,19-21; 3,15-16), eles têm em Deus o seu autor e nesta sua qualidade foram confiados a mesma Igreja. (DV, 11).

No chamado códice esticométrico de Clermont (*Claramontanus*, séc. IV d.C.; cf. ALVES, 2011, p. 97-98; BRUCE, 2013, p. 197-200), que é um Manuscrito em grego e latim da igreja do ocidente, a ordem das cartas católicas vem após as cartas paulinas e em meio a outros textos apócrifos. Todavia, não cita a carta aos *Fl*, nem as duas cartas aos *Ts* e a carta aos *Hb*, contendo apenas 23 dos textos canônicos; porém, ele traz um dado curioso, que é a citação de quantas linhas contém cada um dos livros citados, sejam os canônicos ou os não canônicos. A *esticometria* se refere à prática de contagem de linhas em textos: antigos gregos e romanos mediam o comprimento de seus livros em linhas, assim como livros modernos são medidos em páginas. Esta prática foi redescoberta pelos estudiosos alemães e franceses no século 19. *Stichos* (στοιχείον *stoicheion* “elemento”) é a palavra grega para uma “linha” de prosa ou poesia e o sufixo “-metria” é derivado da palavra grega para a *medição* (μέτρον *metron* “medida”); enfim, diz respeito à medição de livros a partir do número de linhas que eles contêm.

Cirilo de Jerusalém (348 d.C., *EB* 8-10, grego), preocupado com o aparecimento das heresias, via a necessidade de uma *lista* dos livros inspirados, e, como era comum entre os orientais, em seu cânon cita as “catorze cartas de Paulo” no final da lista e os demais livros são colocados fora do cânon. Neste sentido J.B. Gabel e C.B. Wheeler afirmam que “o cânon veio de uma crise religiosa”, com uma forte pressão manifestada pelas várias heresias (GABEL; WHEELER, 1993, p. 81), que culminaria com acirradas perseguições aos cristãos, com Diocleciano, no séc. IV, tentando inclusive destruir os livros sagrados dos cristãos (Cf. McDONALD, 2013, p. 199-214), algo parecido ao que teria acontecido também com o regime helênico em relação à queima e destruição dos textos sagrados dos judeus, no período das Guerras Macabaicas, que parece ter sido favorável a uma violenta ordem de destruição dos Sagrados Escritos Hebraicos, conforme lemos em 1Mc 1,41-64.

No entanto, Cirilo de Jerusalém não inclui *Ap* na lista do cânon. Esta lista tem um cânone semelhante ao que nós encontramos em vários dos Padres

Gregos como Gregório de Nazianzo e Epifânio, ou um pouco diferente em Crisóstomo, Teodoro de Mopsuéstia e no cânon Siríaco, (cf. BRUCE, 2013, p. 190-195; METZGER, 1997, p. 271-274). Outra *lista* bastante parecida encontramos no cânon do Concílio de Laodiceia (360 d.C., grego, *EB* 11-13; cf. BRUCE, 2013, p. 190) que, preocupado com os livros que estavam circulando e sendo lidos nas assembleias cristãs, já cita e enumera 26 livros, também faltando apenas o livro de *Ap*; igualmente cita as cartas católicas antes das cartas paulinas. Já o cânon contido na carta do *Papa Inocência I* ((405 d.C.; *EB* 21-22; latino), enviada a Exupério, Bispo de Toulouse, na França, de 22 de fevereiro de 405 (*EB* 21-22, *DzH* 213), traz uma ordem das cartas católicas diferente [*3 de Jo*, *2 de Pd*, *1 de Jd*, *1 de Tg*], citando *At* e *Ap* no final, contendo todos os 27 livros do NT (BRUCE, 2013, p. 212-213), colocando como última carta católica a de *Tg* e não a de *Jd*, que normalmente vem em último lugar. Por fim, entre muitos textos, do final do séc. V, temos a Sinopse da Sagrada Escritura (*Synopsis Scripturae Sacrae*, grego) que foi encontrada apenas na fonte citada por *PG* 28 (ATANÁSIO DE ALEXANDRIA, 1857, p. 283-296 e 431-432; Cf. ALVES, 2011, p. 112) e que foi retomada no *Enchiridion Patristicum*, n. 2167 (JOURNAL, 1951), a qual também traz as sete cartas católicas antes das cartas paulinas, citando todos os 27 livros do NT.

2.3 As Cartas Católicas na Reforma e Profissões de Fé Reformadas

Os séculos XV e XVI conheceram os Decretos dos Concílio de Florenças (14/02/1442) e Trento (*Sessão IV*, 15/04/1546) sobre o Cânon Bíblico, como já vimos acima. Mas especialmente o séc. XVI viu o alvorecer da Reforma Protestante. No que diz respeito à Reforma e aos Reformadores, o cânon de Martinho Lutero (Alemão: 1483-1546) (BRUCE, 2013, p. 220-222; METZGER, 1997, p. 210-211), contém 23 livros canônicos “capitais” (BRUCE, 2013, p. 221) e são enumerados de 1 a 23, que compreendem os livros de *Mt* a *3Jo*. Em seguida, temos os demais 4 livros, sem numeração e colocados na seguinte ordem: *Hb* (“texto erudito, mas não de capital valor”), *Tg* (“carta de palha”), *Jd* (“inútil, pois é um resumo de *2Pd*”, embora hoje em dia prevaleça uma opinião inversa) e *Ap* (“falta-lhe tudo que considero apostólico ou profético”). Além disso, em um texto intitulado “Quais são os autênticos e mais nobres livros do NT”, Lutero dividiu os livros do NT em três tipos: 1) O primeiro grupo compreende o evangelho de *Jo* e sua primeira carta, as cartas paulinas, especialmente *Rm*, *Gl*, *Ef* e *1Pd*; 2) O segundo grupo compreende os evangelhos sinóticos, as outras cartas de Paulo, *At*, *2Pd* e *2* e *3 Jo*; 3) O terceiro grupo compreende os quatro escritos que Lutero colocou no final de sua tradução: *Hb*, *Tg*, *Jd* e *Ap* (METZGER, 1997, p. 211; BRUCE, 2013, p. 221). É bom recordar que esta divisão é meramente subjetiva, sem valor documental e que “os luteranos voltaram ao cânone tradicional do NT no séc. XVII, em conformidade com as outras igrejas reformadas que tinham optado pelo cânone inteiro do NT e na ordem tradicional” (MANNUCCI, 1999, p. 390).

Andreas Rudolph Bodenstein von Karlstadt (Alemão: 1486-1541), contemporâneo de Lutero, escreveu uma obra sobre o cânon, distinguindo-o segundo três categorias de importâncias diversas: a) A primeira classe compreende os evangelhos e At; 2) A segunda classe compreende as cartas paulinas não duvidosas junto com 1Pd e 1Jo; 3) A terceira classe compreende os sete livros controversos ainda no período antigo: Hb, Tg, 2Pd, 2 e 3Jo, Jd e Ap (BRUCE, 2013, p. 222; METZGER, 1997, p. 210).

João Calvino (Francês: 1509-1564), ao que tudo indica, seguiu um cânon do NT próximo ao de Lutero, rejeitando 2 e 3Jo e Ap, além de suas dúvidas em relação à 2Pd, e de realçar que outros teciam dúvidas em relação a Jd e Tg (BRUCE, 2013, p. 224; METZGER, 1997, p. 213-214; CHAMPLIN, 2014, p. 137). Ele não escreveu nenhum comentário específico sobre 2 e 3 Jo e Ap, tendo apenas referências sobre os mesmos. Já o cânon de Ulrico Zuínglio (Suíço: 1484-1531), compreende 26 livros do NT, uma vez que parece que teria rejeitado apenas o livro do Apocalipse (CHAMPLIN, 2014, p. 137). E o cânon de William Tyndale (Inglês: 1484-1536; 1525), que vai influenciar e muito o cânon da *Bíblia King James*, segue o cânon de Lutero, com 23 livros canônicos apenas e coloca os 4 deuterocanônicos do NT no final e sem enumerá-los, na seguinte ordem: Hb, Tg, Jd e Ap (BRUCE, 2013, p. 222-224).

Também é interessante dar uma olhada nos textos das *Confissões de Fé* das igrejas reformadas, como: a *Confessio Gallica*, também chamada de Profissão de Fé *Gaulesa* ou de *Rochelle* (França, 1559) (METZGER, 1997, p. 214); a *Confessio Belgica* (Bélgica, 1561) (METZGER, 1997, p. 214); Os Trinta e Nove Artigos da *Confessio Anglicana* (Inglaterra, 1563) afirmam que: “recebemos e contamos por canônicos todos os livros do NT, segundo comumente são recebidos” (BRUCE, 2013, p. 225-226; METZGER, 1997, p. 215); o cânon da *Confessio Fidei de Westminster* (Inglaterra, 1647), encontra-se em seu Artigo I,2, “Da Sagrada Escritura” (BRUCE, 2013, p. 226; METZGER, 1997, p. 214); o cânon de João Ferreira Annes D’Almeida, impresso e lançado em português, em Amsterdã, na Holanda, em 1681, traz os 27 livros do NT; ele aceitou o cânon do NT completo e na ordem clássica que temos em nossas Bíblias ainda hoje (*A BÍBLIA SAGRADA*, 1681, ZIMMER, 2011, p. 54-55). Ele também seguiu as demais igrejas reformadas no que diz respeito aos livros do cânon do AT, deixando de fora os 7 livros *deuterocanônicos* do AT, mas assumiu os 7 livros *deuterocanônicos* do NT. Se bem que as igrejas Protestantes, em geral, só retiraram os 7 livros *deuterocanônicos* do AT de suas Bíblias no início do séc. XIX, ainda que os apresentasse numa seção separada no meio e final da Bíblia (ZIMMER, 2011, p. 21 e 47). Além destas Confissões de Fé de algumas igrejas reformadas aqui indicadas, sugerimos conferir também, entre outros textos: o Catecismo de *Heidelberg* (1563), um dos mais conhecidos nos inícios da Reforma; os cânones de *Dordrecht* ou *Sínodo de Dordt* (Holanda, 1618-1619), para os Países Baixos, diante da polêmica com o *Arminianismo* (Jacobus Arminius, 1560-1609 e

seus seguidores, que se tornam um problema dentro do protestantismo em geral); a *Confessio Fidei* Escocesa (1560); a *Confessio Helvetica Prior* (Suíça, 1536) e a *Confessio Helvetica Posterior* (Suíça, 1566); a Declaração de Savoia (1658); a *Confessio Fidei* Londrina (1689); a *Confessio Fidei* da Filadélfia (1742); bem como a Declaração de *Barmen* (1934), do Protestantismo Alemão no contexto da II Guerra Mundial e o problema do Nazismo, contando com a colaboração de teólogos de renome como Karl Barth, Dietrich Bonhoeffer e Rudolf Bultmann, em oposição à Igreja Protestante do Reich. Enfim, um dado interessante a ser levado em consideração é que a teologia calvinista teve grande influência sobre várias destas Confissões de Fé, sendo que algumas trazem o cânon bíblico e outras não. Mas várias delas já foram publicadas aqui no Brasil, como: *A Confissão de Augsburgo* (1980), *Fé para hoje. Confissão de Fé Batista de 1689* (1991), *Declaração de Savoy* (2009), *As Três Formas de Unidade das Igrejas Reformadas* (2009), *Confissão Belga e Catecismo de Heidelberg* (2011), *A Confissão de fé de Westminster* (2012).

3 O *Corpus Catholicum* como disciplina Bíblica

A presença do *corpus catholicum* nos textos de *introdução às Sagradas Escrituras* nem sempre é trabalhado de forma que valorize esta literatura neotestamentária. Todavia nós encontramos casos onde já é possível reconhecer inclusive no título dos livros, especialmente em uma coleção de *introdução à Bíblia*, como podemos conferir em nossas Referências Bibliográficas, seja em língua portuguesa seja em outros idiomas. Aliás, é bom recordar aqui que aqueles que temos no Brasil foram traduzidos de outras línguas para o português. Por enquanto ainda não temos nada produzido diretamente aqui no Brasil. Oxalá isso possa acontecer em breve e seria de grande utilidade para nossos cursos de Teologia e Bíblia em geral.

Precisamos produzir mais textos que nos ajudem a analisar o *corpus catholicum* (*Epistolae / Litterae Catholicae*), bem como estudar e trabalhar temáticas presentes neste *corpus*, aplicando métodos de estudo do NT, fazer a exegese e a hermenêutica de textos previamente escolhidos, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e o potencial reflexivo de cada um, em diálogo com as *ciências bíblicas*; há de ser a área de interesse dos próprios campos de estudo, como também o desenvolvimento de cursos a serem ministrados, tendo sempre em vista procurar responder aos programas de *Graduação* e de *Pós-Graduação* em Teologia. Isso sempre pede de nós um conhecimento de como cada *corpus* se formou no conjunto do NT, que conta com seus vários *corpora*; por sua vez, eles contam com suas características próprias e específicas, além de toda a questão do uso do AT no NT (cf. BEALE; CARSON, 2014), que também é bastante atraente como tema de estudo. O título comum que aparece nas Universidades, Faculdades e Instituições de Ensino Religioso é “Cartas Católicas/Gerais”. Alguns centros colocam

“Hebreus e Cartas Católicas” ou colocam Hebreus entre as Paulinas: “Cartas Paulinas e Hebreus”.

O *corpus* das Cartas Católicas, pede, portanto, um estudo de algumas questões: cada *Faculdade* tem que ir analisando em sua *Ementa da Disciplina*; algumas coisas são necessárias, entre as várias exigências, como suas questões gerais da disciplina; estudo de Metodologia do NT; a formação do cânon do NT e as cartas católicas; temáticas como a exegese e a hermenêutica; *status quaestionis* da pesquisa; novas tendências de pesquisa; questões introdutórias de cada carta, como: autoria, texto, contexto, designação, canonicidade, destinatários, *pseudepigrafia*, gênero literário, teologia, cristologia, pneumatologia, escatologia, eclesiologia, relação com os demais textos do NT e base *veterotestamentária*; questões que permanecem sempre abertas; ademais, é sempre salutar e produtivo fazer um exame exegético de alguns textos bíblicos das cartas católicas, tendo em vista suas perspectivas bíblico-teológico-pastorais.

Enfim, que nossos cursos de Teologia despertem o interesse nos alunos de Graduação e Pós-Graduação pela área bíblica, especialmente com enfoque no *corpus catholicum*, tentando fomentar futuras *Dissertações* de Mestrado e *Teses* de Doutorado em temáticas voltadas para este *corpus*. Este é um compromisso que precisamos levar a sério, haja vista a defasagem que temos de estudos neste campo da literatura bíblica. Em relação ao NT cremos ser uma tendência o fato de que os católicos pendem mais para os *corpora sinopticum et joanicum* e os protestantes tendem mais para o *corpus paulinum*. Um equilíbrio maior por todo o conjunto do NT faria muito bem e traria uma riqueza maior para todas as tradições cristãs, que ainda têm número e ordem diferentes em suas Bíblias (ZIMMER, 2011, p. 17). Por isso, nossas esperanças são de que esta lacuna de estudo no que diz respeito ao *corpus catholicum* seja sanada o quanto antes.

Conclusão

Estudar as cartas do NT pertencentes ao *corpus catholicum* e tentar conhecer um pouco mais sobre seu trajeto para se pertencer definitivamente no cânon do NT, bem como sua colaboração para toda a Teologia Bíblica do NT e sua presença nas *grades curriculares* de nossas Faculdades de Teologia, é algo que constitui um prazeroso desafio.

Como vimos desde nossa introdução, as sete *cartas católicas* são os últimos textos do NT em nossas Bíblias, colocados após as cartas paulinas; na verdade após a carta aos *Hb* e antes do *Ap*, que é o último livro na lista dos livros do NT. Elas foram assim denominadas desde Eusébio de Cesareia e sempre contaram com pouco interesse no campo dos estudos

acadêmicos, sendo, algumas delas, inclusive, colocadas em xeque pelos Reformadores. Aliás, não apenas cinco das cartas católicas (Tg, 2Pd, 2 e 3Jo e Jd) encontraram dificuldades para entrarem no cânon do NT, mas igualmente a carta aos *Hb* e o livro do *Ap*. Isso nos revela as dificuldades que este *corpus* encontrou desde o início do cristianismo, que foi definindo o seu cânon do NT, mas respeitando e confirmando o cânon do AT, que a Igreja Primitiva já usava e o tinha em alta estima. Ademais, o título foi sendo discutido e rediscutido tanto no oriente (“cartas católicas”) como no ocidente (“cartas canônicas”), com significados também diferentes tanto para o oriente, que entendeu o termo *católicas* como *dirigidas a todas as igrejas*, como para o ocidente, que entendeu o termo *canônicas* como *aceitas por todas as igrejas*. Fato é que o título *cartas católicas*, vindo do oriente, foi se impondo na literatura bíblica desde os Padres da Igreja, tanto entre os orientais e como entre os ocidentais, bem como nas *decisões eclesiásticas*, a partir do *Sínodos locais* e do *Concílios Ecumênicos*.

Também é importante ver todo o percurso realizado por este *corpus* até que ele tenha conseguido entrar no cânon do NT e tenha obtido aceitação pela maioria das igrejas, encontrando dificuldades em apenas algumas Igrejas Orientais e nos Pais da Reforma, que colocaram novos problemas em relação aos chamados sete *deuterocanônicos* do NT (*Hb*, *Tg*, *2Pd*, *2* e *3 Jo*, *Jd* e *Ap*); acabaram deixando-lhes um *status* inferior, dependendo de cada Reformador (BRUCE, 2013, p. 218-228; MANNUCCI, 2008, p. 242 e 260), a exemplo dos sete *deuterocanônicos* do AT (*Tb*, *Jt*, *1* e *2Mc*, *Br*, *Eclo*, *Sb*, além de *Dn* 3,24-90, *Dn* 13-14 e *Est* 10,4-16,24) (BRUCE, 2013, p. 64-65; METZGER, 1997, p. 112-112; MANNUCCI, 1999, p. 381; ZIMMER, 2011, p. 22-23). É sempre bom recordar que o termo *deuterocanônico* foi usado primeiramente por *Sixto de Siena* em 1566, para descrever textos do AT e do NT que a Igreja Católica sempre usou como *canônicos* e reforçou sua posição durante os Concílios de Florença (14/02/1442) e de Trento (1545-1563), e que Lutero e outros reformadores recusaram durante a Reforma Protestante do séc. XVI. A ideia de Sixto de Siena foi a de identificar os livros que foram inseridos num primeiro momento no cânon (*proto-canônicos*) e os que foram inseridos num segundo momento no cânon (*deutero-canônicos*), indicando uma *ordem cronológica* e não de valor ou autoridade em termos de inspiração ou revelação, visto que ele aceitava a todos como canônicos e inspirados (SIXTO SENENSI, 1575, p. 1-41).

O grande desafio que permanece é aquele de redescobrir o valor das cartas católicas no conjunto da teologia bíblica do NT e de todo o *corpus biblicum*. Para tanto, nossas Faculdades de Teologia podem incrementar e incentivar ainda mais os estudos nesta área e nestes textos do NT. E este artigo quer nos ajudar a melhor conhecer as fontes em termos de *arranjo* nas *listas* do NT, especialmente sobre a disposição das cartas católicas e refletir sobre a temática. Sem sombra de dúvidas que os resultados de pesquisas neste campo serão benéficos para a teologia, academicamente e pastoralmente falando.

Por fim, estudos nesta área podem ir nos indicando os caminhos para que as grades curriculares possam ser melhor ajustadas nesta direção e que *Dissertações* e *Teses* possam surgir neste *corpus biblicum*. O futuro será promissor se nós formos bons investidores também no campo das cartas católicas, sem nunca deixar de cuidar dos demais campos bíblicos do NT e do AT. Oxalá o *divino autor* das Sagradas Escrituras nos conduza nesta direção e nos ajude a entender aquilo que os *autores humanos* nos deixaram por meio do *corpus catholicum*, tão debatido em seus primórdios e tão transcurado ao longo dos séculos.

Referências

- A BÍBLIA SAGRADA. *O Novo Testamento*. Traduzida por João Ferreira Annes D'Almeida. Amsterdam: Viúva de J. V. Someren, 1681.
- ALVES, H. *Documentos da Igreja sobre a Bíblia: 160 a 2010*. Fátima: Difusora, 2011.
- ARAGIONE, G. La lettre festale 39 d'Athanase. In: ARAGIONE, G.; JUNOD, E.; NORELLI, E. (Ed.). *Le Canon du Nouveau Testament: regards nouveaux sur l'histoire de sa formation*. Genève: Labor et Fides, 2005, p. 197-219.
- ATANÁSIO DE ALEXANDRIA. Epistola 39. In: MIGNE, J. P. (Ed.). *Patrologia Grega*. v. 26. Paris: Petit-Montrouge, 1857, p. 1175-1180 e 1435-1438.
- ATANÁSIO DE ALEXANDRIA, *Dubia, Synopsis Scripturæ Sacræ*. In: MIGNE, J. P. (Ed.). *Patrologia Grega*. v. 28. Paris: Petit-Montrouge, 1857, p. 283-296 e 432.
- BALLARINI, T. As Epístolas Católicas em Geral. In: _____ (Ed.). *Introdução à Bíblia*. v. 5/2. Petrópolis: Vozes, 1969, p. 281-456.
- BARRERA, J. T. *A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã: introdução à história da Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BENTO XVI. *Exortação Apostólica Pós Sinodal Verbum Domini*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- BITTENCOURT, B. P. *O Novo Testamento: cânon, língua e texto*. São Paulo: ASTE, 1965.
- BORING, M. E. *Uma introdução ao Novo Testamento: história, Literatura, Teologia. Questões Introdutórias do Novo Testamento e Escritos Paulinos*. v. 1. São Paulo: Academia Cristã, 2016.
- BROWN, R. E. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- BRUCE, F. F. *Estudos do cristianismo não-paulino, Pedro, Estevão, Tiago e João*. São Paulo: Shedd, 2005.
- BRUCE, F. F. *O cânon das Escrituras*. São Paulo: Hagnos, 2013.
- CAMPOS, J. Epoca del Fragmento Muratoriano, *Helmantica*, v. 11, p. 485-496, 1960.
- CANTINAT, J. As Epístolas Católicas. In: ROBERT, A.; FEUILLET, A. (Ed.). *Introdução à Bíblia*. v. 4. Petrópolis: Vozes, 1968, p. 171-223.

CHAMPLIN, R. N. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo: Mateus/Marcos*. v. 1. São Paulo: Hagnos, 2014.

CHILDS, B. S. *Introduction to the Old Testament as Scripture*. Philadelphia: Fortress, 2011.

CINGOLANI, S. *Dizionario di Critica Testuale del Nuovo Testamento: storia, canone, apocrifi, paleografia*. San Paolo: Torino, 2008.

CONCILIUM SUB DAMASO PAPA CELEBRATUM. Appendix ad Opera Coelii Sedulii, Decretum de Libris recipiendis, et non recipiendis. In: MIGNE, J. P. (Ed.). *Patrologia Latina*. v. 19. Paris: Petit-Montrouge, 1846, p. 787-794.

CONCILIUM SUB GELASIO HABITORUM RELATIO. Appendix Tertia, Concilia quaedam a Gesalio Celebrata. In: MIGNE, J. P. (Ed.). *Patrologia Latina*. v. 59. Paris: Petit-Montrouge, 1847, p. 157-166.

CULLMANN, O. As Cartas Católicas. In: _____. *A Formação do Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal-Est, 2012, p. 69-83.

DENZINGER, H.; HÜNERMANN, P. *Compêndio dos Símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulus-Loyola, 2007.

DREHER, M. (Ed.). *A Confissão de Augsburg*. São Leopoldo: Sinodal, 1980.

ENCHIRIDION BIBLICUM. *Documenti della Chiesa sulla sacra Scrittura*. Bologna: EDB, 1994.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História Eclesiástica*. São Paulo: Paulus, 2000.

_____. *Historia Eclesiástica*. Madrid: BAC, 2008.

_____. *Vita di Constantino*. Milano: Rizzoli, 2009.

FARIAS, J. F. Bíblia Apócrifa: a outra face do cristianismo. *Cadernos Patrísticos*, v. 4, n. 7, maio, p. 63-80, 2009.

FERGUSON, E. Canon Muratori: date and provenance. *Studia Patristica*, v. 17, p. 677-683, 1982.

FITZMYER, J. A. Introdução às Epístolas do Novo Testamento. In: BROWN, R. E.; FITZMYER, J. A.; MURPHY, R. E. (Ed.). *Novo Comentário Bíblico do Novo Testamento*. Santo André: Academia Cristã, 2011, p. 399-405.

GABEL, J. B.; WHEELER, C. B. *A Bíblia como literatura*. São Paulo: Loyola, 1993.

GAMBLE, H. Y. *The New Testament Canon, Its Making and Meaning*. Oregon: Wipf and Stock, 2002.

GARCIA DEL MORAL, A. *Cartas a los Hebreos y Cartas Católicas*. Madrid: Casa de la Biblia, 1971.

GONZAGA, W. A Sagrada Escritura, a alma da Sagrada Teologia. In: ISIDORO, M.; FERNANES, L. A.; CORRÊA LIMA, M. L. *Exegese, Teologia e Pastoral: relações, tensões e desafios*. Rio de Janeiro/Santo André: PUC-Rio — Academia Cristã, 2015, p. 202-235.

_____. O corpus paulinum no cânon do Novo Testamento. *Atualidade Teológica*, n. 54, p. 19-41, 2017.

- GOODWIN, T. (Ed.). *Declaração de Savoy: a primeira confissão congregacional de fé*. João Pessoa: Aliança, 2009.
- HAHNEMAN, G. M. *The Muratorian Fragment and the development of the Canon*. Oxford: Clarendon, 1992.
- HARRINGTON, W. J. *Chave para a Bíblia: a revelação, a promessa, a realização*. São Paulo: Paulus, 2002.
- JOURNEL, M. J. R. *Enchiridion Patristicum*. Herder: Barcelona, 1951.
- KÜMMEL, W. G. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- LEÃO MAGNO. Romani Pontificis: opera omnia. In: MIGNE, J. P. (Ed.). *Patrologia Latina*. v. 56. Paris: Petit-Montrouge, 1865, p. 428-429 e 971.
- LUGO RODRÍGUEZ, R. H.; LÓPEZ ROSA, R. *Hebreos y Cartas Católicas: Santiago, 1 y 2 Pedro, Judas, 1, 2 y 3 Juan*. Navarra: Verbo Divino, 2008.
- LÜHRMANN, D. Gal 2,9 und die Katholischen Briefe: Bemerkungen zum Kanon und zur *regola fidei*. *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft*, v. 72, p. 65-87, 1981.
- MANNUCCI, V. Il Canone delle Scritture. In: FABRIS, R. (Ed.). *Introduzione Generale alla Bibbia*. Torino: ELLEDICI, 1999, p. 375-395.
- _____. *Bíblia, Palavra de Deus: curso de introdução à Sagrada Escritura*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MARRA, C. (Ed.). *Confissão Belga e Catecismo de Heidelberg*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- _____. *A Confissão de fé de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- MARTÍN, B. *Obras de San Agustín*. v. 15. Madrid: BAC, 1957.
- MCDONALD, L. M. *The Biblical Canon: its origin, transmission, and authority*. Massachusetts: Baker Academic, 2011.
- _____. *The Formation of the Christian Biblical Canon*. Massachusetts: Hendrickson, 2012.
- _____. *A origem da Bíblia: um guia para os perplexos*. São Paulo: Paulus, 2013.
- METZGER, B. M. *Il Canone del Nuovo Testamento: origine, sviluppo e significato*. Brescia: Paideia, 1997.
- MUNIER, C. *Concilia Africae: a. 345 – a. 525*. Turnholt: Brepols, 1974.
- NEF ULLOA, B. A.; LOPES, J.R. Epistolografia Paulina: origem e estrutura. *Perspectiva Teológica*, v. 48, n. 3, p. 583-604, 2016.
- NESTLE, E.; ALAND, K. *Novum Testamentum Graece*, 28. Aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012.
- PAUL, A. *L'inspiration et le canon des Écritures: histoire et théologie*. Paris: Cerf, 2009.
- PENNA, R. *A formação do Novo Testamento em suas três dimensões*. São Paulo: Loyola, 2014.
- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1994.

- PORTER, S. E. *The Pauline Canon*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009.
- SACCHI, A. et al. (Ed.). *Lettere Paoline e altre lettere*. Torino: Elle Di Ci, 1995.
- SÁNCHEZ CARO, J. M. Sobre la fecha del Canon Muratoriano. *Plenitudo Temporis*, v. 29, p. 296-314, 2002.
- SIXTO SENENSI. *Bibliotheca Sancta, Liber Primus: de Scripturis, et Scriptoribus Divinis*. Venetiis: Franciscum Senensem, 1575.
- SPURGEON, C. H. (Ed.). *Fé para hoje: confissão de fé batista de 1689*. São José dos Campos: Fiel, 1991.
- SUNDBERG, A. C. Canon Muratori: a fourth-Century List. *Harvard Theological Review*, v. 66, p. 1-41, 1973.
- TREGELLES, S. P. *Canon Muratorian: the Earliest Catalogue of the Books of the New Testament*. Oxford: Clarendon, 1867.
- TRIMBAILLE, M. As Epístolas Católicas. In: M. CARREZ et al. (Ed.). *As Cartas de Paulo, Tiago, Pedro e Judas*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 269-322.
- TUÑI, J-O.; ALEGRE, X. *Escritos Joaninos e Cartas Católicas: introdução ao estudo da Bíblia*. v. 8. São Paulo: Ave Maria, 1999.
- WESTCOTT, B. F.; HORT, F. J. A. *The New Testament in The Original Greek*. London: Macmillan, 1906.
- WIESKE, K. (Ed.). *As Três Formas de Unidade das Igreja Reformadas*. Recife: Os Puritanos, 2009.
- ZIMMER, R. (Ed.). *Manual do Seminário de Ciências Bíblicas*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

Artigo submetido em 10.03.2017 e aprovado para publicação em 05.06.2017.

Waldecir Gonzaga é doutor (2006) e mestre (2000) em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Professor do Departamento de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Endereço: Rua Cosme Velho, 470, Bairro Cosme Velho
22241-090 Rio de Janeiro — RJ
waldecir@puc-rio.br